



Declaração da Aliança pela Coesão por uma Europa coesa, sustentável e resiliente

A Aliança pela Coesão (#CohesionAlliance) renova o seu empenho político na Europa do pós-COVID-19, para defender a coesão enquanto valor fundamental da União Europeia e objetivo essencial de todas as suas políticas e investimentos. A crise da COVID-19 demonstrou que a solidariedade, a responsabilidade e a coesão são, hoje mais do que nunca, necessárias para assegurar que **ninguém nem nenhuma região é esquecido**.

As regiões, cidades e municípios de todas as dimensões da Europa já prestam aos cidadãos numerosos serviços essenciais, como os cuidados médicos e a proteção social. Estes serviços têm sido fundamentais para superar os efeitos da pandemia de COVID-19, mas o seu custo foi enorme. A capacidade de investimento regional e local está fortemente reduzida.

A nossa ambição é assegurar que a UE proporcione um forte apoio financeiro aos Estados-Membros, regiões e municípios, que se encontram na linha da frente da luta contra a crise da COVID-19. O orçamento da UE para 2021-2027 e o plano de recuperação para o período pós-pandémico devem ajudá-los a proteger os cidadãos, a apoiar as economias locais, a tornar as comunidades locais resistentes às crises e a criar um futuro sustentável. Dado que a situação de emergência pode agravar as disparidades entre os Estados-Membros e no interior dos mesmos, a ausência de uma ação coordenada e atempada da UE aprofundará o fosso entre as comunidades mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas.

Na perspetiva da adoção do Plano de Recuperação da UE e do Quadro Financeiro Plurianual após 2020, reiteramos os princípios fundamentais da Aliança pela Coesão e convidamos todos os dirigentes a nível europeu, nacional, regional e local, bem como do mundo empresarial e da sociedade civil, a apoiarem a presente declaração.

A Aliança pela Coesão declara que:

1. o **Quadro Financeiro Plurianual (QFP)** da UE é um instrumento essencial para promover a coesão, a convergência e a competitividade em prol de todos os cidadãos da União Europeia, onde quer que vivam; o **plano de recuperação** proposto deve ser aplicado mediante uma abordagem ascendente, recorrendo a subvenções e ao efeito de alavanca dos instrumentos financeiros e respeitando o princípio da parceria;
2. uma **política de coesão forte, visível e eficaz, acessível a todas as regiões, cidades e municípios de todas as dimensões**, é vital para reduzir a disparidade entre os seus níveis de desenvolvimento, ajudá-los a recuperar da crise da COVID-19 e prosseguir políticas importantes, enfrentando grandes desafios, como o Pacto Ecológico Europeu, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e a transformação digital; importa prestar atenção tanto às zonas urbanas enquanto motores da transformação ecológica e digital, como às regiões com limitações naturais ou demográficas graves e permanentes;
3. todas as políticas da UE devem apoiar o objetivo de coesão, a fim de **reforçar a resiliência das nossas regiões, cidades e municípios de todas as dimensões**, reconstruir a economia e fomentar a sustentabilidade e o tecido territorial e social da nossa União; o êxito do plano de recuperação proposto depende da plena participação destas entidades, dado que a maior parte das competências no domínio dos serviços de saúde, da assistência social e da resiliência cabem ao nível local e/ou regional;
4. **o caráter temporário de algumas das medidas de reforço propostas para a política de coesão não deve comprometer a abordagem de longo prazo desta política**, que deve continuar a ser uma **política de investimento baseada em recursos adicionais** que respondam às necessidades de todas as regiões ao longo de todo o período de programação;
5. os princípios da **parceria e da governação a vários níveis, a abordagem de base local, bem como o envolvimento dos parceiros sociais e económicos na conceção e aplicação da política de coesão**, são decisivos, não só para alcançar os objetivos da política de coesão, mas também para elaborar os planos nacionais de recuperação e resiliência; os órgãos de poder local e regional encontram-se na melhor posição para avaliar as necessidades de investimento a nível territorial e devem ser plenamente associados às decisões relativas à (re)programação do investimento no âmbito da iniciativa REACT-EU e à aplicação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência;

6. as recentes **medidas destinadas a aumentar a flexibilidade e a simplificar ulteriormente a política de coesão devem ser mantidas no âmbito de um mecanismo de crise e reativadas no próximo período de programação apenas na eventualidade de uma nova crise**. É necessário manter a dotação mínima destinada ao desenvolvimento urbano sustentável, enquanto investimento indispensável para reforçar a resiliência dos municípios no futuro. **A simplificação da política de coesão, juntamente com o novo instrumento «Next Generation EU», será também decisiva** para o esforço de recuperação, sem conduzir a uma maior centralização;
7. é fundamental que os instrumentos de recuperação destinados a fazer face ao impacto económico e social da crise da COVID-19 reforcem a política de coesão e **sejam complementares e bem coordenados com os fundos estruturais, a política em matéria de concorrência e outros programas de financiamento da UE**, sem conduzir a qualquer redução do apoio à coesão inicialmente previsto para todos os Estados-Membros e regiões;
8. uma **cooperação territorial europeia** reforçada deve ajudar as pessoas, as comunidades e as empresas a cooperarem além-fronteiras e a superarem os efeitos negativos da crise, e acelerar a retoma económica; os programas da UE, quer os que já existiam quer os novos, como o novo instrumento para os investimentos inter-regionais em inovação, serão fundamentais para apoiar o desenvolvimento de cadeias de valor europeias da indústria e da inovação baseadas em estratégias de especialização inteligente; a este respeito, cumpre revitalizar o **mecanismo europeu transfronteiras**;
9. importa **lançar rapidamente os programas no âmbito da política de coesão 2021-2027 e alargar o sistema de conclusão gradual dos programas de 2014-2020** para dar resposta à crise atual e preparar as **estratégias de desenvolvimento a longo prazo**; em caso de atrasos, devem prever-se disposições transitórias com recursos adicionais para evitar um défice de financiamento entre os dois períodos de programação;
10. exorta os dirigentes da UE e dos Estados-Membros a **assumir as suas responsabilidades em relação aos cidadãos e a chegar a acordo sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual e a estratégia de recuperação**, a fim de assegurar o arranque atempado dos programas no âmbito da política de coesão a partir de **1 de janeiro de 2021**.